

**Cargo: Professor de Educação Básica I – PEB I**

**Língua Portuguesa**

Leia os fragmentos dos textos e responda as questões 1 e 2:

Texto 1: Senhora

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela. Desde o momento de sua ascensão ninguém lhe disputou o cetro; foi proclamada a rainha dos salões. Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade. Era rica e formosa. Duas opulências, que se realçam como a flor em vaso de alabastro; dois esplendores que se refletem, como o raio de sol no prisma do diamante. Quem não se recorda da Aurélia Camargo, que atravessou o firmamento da Corte como brilhante meteoro, e apagou-se de repente no meio do deslumbramento que produzira o seu fulgor?

*José de Alencar*

Texto 2: Iracema

Além, muito além daquela serra, que ainda azulava no horizonte, nasceu Iracema. Iracema, a virgem dos lábios de mel, que tinha os cabelos mais negros que a asa da graúna, e mais longos que seu talhe de palmeira. O favo da jati não era doce como seu sorriso; nem a baunilha recendia no bosque como seu hálito perfumado. Mais rápida que a corça selvagem, a morena virgem corria o sertão e as matas do Ipu, onde campeava sua guerreira tribo, da grande nação tabajara. O pé grácil e nu, mal roçando, alisava apenas a verde pelúcia que vestia a terra com as primeiras águas.

*José de Alencar*

**01.** Identifique a alternativa correta que apresenta semelhanças e diferenças entre os Textos 1 e 2:

- a) Semelhanças: a solenidade do tom narrativo, a idealização da mulher bela e perfeita e Diferenças: ambiente urbano, natural e matas.
- b) Diferenças: a solenidade do tom narrativo, a idealização da mulher bela e perfeita e Semelhanças: ambiente rural, natural e matas.
- c) Semelhanças: o tom argumentativo do autor, o domínio masculino perfeito e Diferenças: ambiente urbano, transformado e rural.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

**02.** De acordo com as classes gramaticais, assinale a alternativa que indique adjetivos no qual transforma Aurélia em estrela, rainha, deusa, musa e ídolo:

- a) Bondade e Caridade.
- b) Fragilidade e Caráter.
- c) Riqueza e Formosura.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

**03.** Assinale a alternativa incorreta em relação a regência verbal:

- a) Cumpriremos o nosso dever.
- b) Não admiro essas honrarias nem aspiro a elas.
- c) Meu currículo não agradou.
- d) A música agradou o público.

**04.** O pronome de tratamento Vossa Reverendíssima é usado para:

- a) O Papa.
- b) Sacerdotes.
- c) Cardeais.
- d) Altas autoridades.

**05.** Assinale a alternativa correta com relação a crase:

- a) Foi ele à correr na estrada.
- b) Isso cheira à vinho.
- c) Fiz ver a João que ele não tinha razão.
- d) Venho à mando de meu chefe.

**06.** Identifique a alternativa em que todas as palavras estão grafadas corretamente:

- a) gratuito, apolíneo, fuinha, excessão.
- b) grauíto, apolíneo, fuinha, exceção.
- c) grauíto, apolíneo, fuinha, excessão.
- d) gratuito, apolíneo, fuinha, exceção.

Leia o poema de Paulo Leminski e responda às questões 07 e 08:

Bicho Alfabeto

O bicho alfabeto  
Tem vinte e três patas  
Ou quase

Por onde ele passa  
Nascem palavras  
E frases

Com frases  
se fazem asas  
palavras  
o vento leve

O bicho alfabeto  
Passa  
Fica o que não se escreve.

Paulo Leminski

**07.** Identifique a concordância correta dos verbos nascer e fazer no poema de Paulo Leminski:

- a) Nascer concorda no plural (3 pessoa) com o sujeito composto e frases (3 pessoa do plural). Fazem concorda com o sujeito simples asas; ambos estão na 3 pessoa do plural.
- b) Nascer concorda no singular (3 pessoa) com o sujeito composto e frases (3 pessoa do singular). Fazem concorda com o sujeito simples asas; ambos estão na 3 pessoa do singular.
- c) Nascer concorda no plural (2 pessoa) com o sujeito simples e frases (3 pessoa do plural). Fazem concorda com o sujeito simples asas; sendo que um está na 2 pessoa e o outro está na 3 pessoa.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

**08.** Assinale a alternativa correta em relação as palavras leve e passa:

- a) Em o "vento leve", pode-se entender leve como "pesado", pois possui duplo sentido e "passa" pode significar que é esquecido.
- b) Em o "vento leve", pode-se entender leve como suave, ameno (adjetivo) ou com o sentido de "carregue (verbo) e passa, o verbo pode significar "que continua ou se perde no tempo, é esquecido.
- c) Em o "vento leve", pode-se entender leve como ameno (substantivo) ou com o sentido de "carregue"(verbo) e passa, o verbo pode significar "que não se perde no tempo".
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

**09.** Identifique a alternativa incorreta em relação a pontuação:

- a) Não, o professor que encontrei não é nada disso.
- b) Todos sabem a hora do jantar, portanto não se atrasem.
- c) Era do conhecimento de todos os participantes a hora do concurso, mas, alguns se atrasaram.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

10. Identifique a alternativa correta em relação a concordância nominal:

- a) Ele comprou dois casacos vermelho.
- b) Empurrei a janela que está meia aberta.
- c) Eu mesmo irei buscar o livro, disse a estudante.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

11. "Vives mentindo; logo, não mereces fé".

Classifique a oração acima:

- a) Oração Coordenada Sindética Adversativa.
- b) Oração Coordenada Sindética Alternativa.
- c) Oração Coordenada Sindética Aditiva.
- d) Oração Coordenada Sindética Conclusiva.

12. "Era esta a verdade que ninguém contestou"(Castelo Branco)

Classifique a oração acima:

- a) Oração Subordinada Substantiva.
- b) Oração Subordinada Adverbial.
- c) Oração Subordinada Adjetiva.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

13. "- Desejo muito conhecer Carlota – disse-me Glória, a certo ponto da conversação. Por que não a trouxe consigo?"

Identifique a alternativa em que o discurso direto acima é transformado em discurso indireto:

- a) "A certo ponto da conversação, Glória me disse que desejava muito conhecer Carlota e perguntou por que não a levei comigo".
- b) "A certo ponto da conversação, Glória me disse: - Desejo muito conhecer Carlota. E perguntou: - Por que não a levei comigo?".
- c) "A certo ponto da conversação, Glória me disse: - Desejo muito conhecer Carlota e por que não a levei?".
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

Leia o poema e responda às questões 14 e 15:

### Epitáfio

*Max Nunes*

Num cemitério, sobre a laje:

Foste um mau pai  
Foste um mau marido  
Foste um mau filho  
Foste um mau amigo  
Foste um mau irmão  
Foste um mau cristão  
Enfim: foste!

14. Identifique a alternativa correta que exprime o efeito que esse texto cria no leitor:

- a) Pensar no cotidiano de uma vida urbana.
- b) Humor e leva o leitor a rir.
- c) Acreditar em episódios de assombração
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

15. Epitáfio possui o mesmo significado de:

- a) Pequeno poema inscrito em bancos de praças públicas.
- b) Pequeno poema inscrito em prédios públicos para homenagear pessoas que já se foram.
- c) Pequeno texto inscrito em túmulos para homenagear o morto.
- d) nenhuma das alternativas estão corretas.

Leia o poema e responda à questão:

### Volta para casa

*Ferreira Gullar*

Depois de um dia inteiro de trabalho  
voltas para casa, cansado.

Já é noite em teu bairro e as mocinhas  
de calças compridas desceram para a porta  
após o jantar.

Os namorados vão ao cinema.

As empregadas surgem das entradas de serviço.

Caminhas na calçada escura.

Consumiste o dia numa sala fechada,  
lidando com papéis e números.

Telefonaste, escreveste,  
irritações e simpatias surgiram e desapareceram  
no fluir dessas horas. E caminhas,  
agora, vazio,  
como se nada acontecera.

De fato, nada te acontece, exceto  
talvez o estranho que te pisa o pé no elevador  
e se desculpa.

Desde quando  
tua vida parou?

[...]

16. Identifique a alternativa correta em que o fato referido na estrofe é apresentado como totalmente concluído:

- a) Desapareceram.
- b) Acontecera.
- c) Desceram.
- d) Nenhuma das alternativas estão corretas.

### Conhecimentos Específicos

17. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88 em seu Artigo 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

II- constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

III - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

IV - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

V - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral.  
Assinale:  
a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.  
b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.  
c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.  
d) S e todas estiverem corretas.

18. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88 em seu Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

III - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IV - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

V - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

**19.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88:

I - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

II - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

III - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

IV - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

V - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**20.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88:

I - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

II - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

III - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

IV - A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

V - A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: o prazo de duração do contrato; os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; a remuneração do pessoal.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**21.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88:

I - Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

II - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

III - O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

IV - A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

V - Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**22.** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 05/10/88:

I - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos: aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil; criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a

convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

III - A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

IV - O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII; garantia de direitos previdenciários e trabalhistas; garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola; garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica; obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade; estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado; programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

V - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**23.** De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:

I - Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

II - A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios: garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades.

III - Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

IV - Ao adolescente aprendiz, maior de 18 anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários sendo portanto, obrigado a declarar imposto de renda.

V - Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido com instalação de câmeras no local de trabalho como aprendiz.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**24.** De acordo com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 em seu artigo 148 A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I - conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis, sempre como medida preventiva a internação do mesmo;

II - conhecer e sempre atender aos pedidos de adoção;

III - conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis;

IV - aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente;

V - conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.

d) S e todas estiverem corretas.

**25.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - oferta de baixo custo de ensino noturno regular, adequado às condições do educando que tenha idade superior a 14 (catorze) anos;

II - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

III - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação dentro e fora da escola e assistência à saúde;

IV - padrões rígidos de qualidade de ensino, definidos como a quantidade em detrimento da qualidade, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

V - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Assinale:

- a) Se apenas II e V estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**26.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

I - Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, principalmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), independentemente da escolarização anterior.

II - É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

III - O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

IV - A União organizará os respectivos sistemas de ensino e, posteriormente, repassará aos estados e municípios.

V - Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas II, III e V estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**27.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - assegurar processo municipal de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com o estado, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

II - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

III - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

V - Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade esporádica, criado por lei.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas II, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**28.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

- I - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- II - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.
- III - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;
- IV - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.
- V - serão criadas competências educacionais exclusivas para o Distrito Federal.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, II, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**29.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

- I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais de padrões internacionais;
- II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas de educação básica e ensino superior;
- III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;
- IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;
- V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**30.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I - velar, se possível, pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente e, detectando falhas, comunicar imediatamente a Diretoria de Ensino;
- II - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- III - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- IV - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência, manifestação da sexualidade e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- V - notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas II, III e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**31.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 em seu Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de exames finais para os alunos de menor rendimento;
- V - proibir, com a anuência da APM (Associação de Pais e Mestres) as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade, pois o uso contínuo das dependências escolares, requerer pagamento de hora extra aos funcionários e professores.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) S e todas estiverem corretas.

**32.** De acordo com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

- I - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da
- II - O sistema federal de ensino compreende: as instituições de ensino mantidas pela União; as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; os órgãos federais de educação.
- III - Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem: as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal; as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada; os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.
- IV - Os sistemas municipais de ensino compreendem: as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; os órgãos municipais de educação.

V - As instituições de ensino dos diferentes níveis classificam-se nas seguintes categorias administrativas: públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público; privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

**33.** De acordo com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em seu Art. 5º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

I - É dever da União garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

II - É opcional a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 30 de junho do ano em que ocorrer a matrícula.

III - As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de dezembro devem ser matriculadas na Educação Infantil.

IV - A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental.

V - As vagas em creches e pré-escolas devem ser oferecidas próximas às residências das crianças.

Assinale:

- a) Se apenas II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

34. De acordo com a resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil em seu Art. 8º A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

§ 2º Garantida a autonomia dos povos indígenas na escolha dos modos de educação de suas crianças de 0 a 5 anos de idade, as propostas pedagógicas para os povos que optarem pela Educação Infantil devem:

I - proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, crenças, valores, concepções de mundo e as memórias de seu povo;

II - reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição das crianças;

III – romper com a educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas sócio-culturais de educação e cuidado coletivos da comunidade;

IV - adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

V - as propostas pedagógicas da Educação Infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem: reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; ter vinculação inerente à realidade dessas populações, suas culturas, tradições e identidades, assim como a práticas ambientalmente sustentáveis; flexibilizar, se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações; valorizar e evidenciar os saberes e o papel dessas populações na produção de conhecimentos sobre o mundo e sobre o ambiente natural; prever a oferta de brinquedos e equipamentos que respeitem as características ambientais e socioculturais da comunidade.

Assinale:

- a) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- b) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- c) Se apenas I, II, IV e V estiverem corretas.
- d) Se todas estiverem corretas.

35. Um terreno tem uma área de  $720 \text{ m}^2$  e seu comprimento é 36m. A sua largura é:

- a) 20 m.
- b) 36 m.
- c) 47 m.
- d) 52,5 m.

36. R\$60,00 correspondem a 0,25 do meu dinheiro. Quanto possuo?

- a) R\$85,00.
- b) R\$120,00.
- c) R\$180,00.
- d) R\$240,00.

37. A área de um quadrado que tem 4 metros de lado é:

- a)  $16 \text{ m}^2$

b) 16 m.

c)  $8 \text{ m}^2$

d) 8 m.

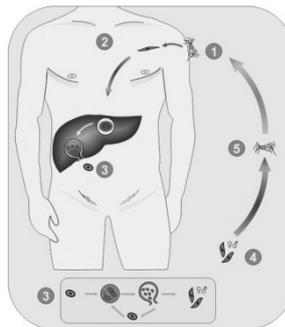
38. Observe a imagem.



Os seres heterotróficos encontram - se em:

- a) A, C, D.
- b) A, B, C.
- c) B, C, D.
- d) A, B, D.

39. Observe a imagem.



Ela se reporta ao ciclo da:

- a) malária.
- b) dengue.
- c) esquistossomose.
- d) tênia saginata.

40. O gráfico a seguir pode ser associado a que tipo de poluição?



- a) Da água.
- b) Do solo.
- c) Do ar
- d) Sonora.

